

LES EXPLOITATIONS ET LES PROBLEMES DE L'AGRICULTURE  
EN ESTREMADURE ESPAGNOLE ET DANS LE HAUT-ALENTEJO

O. BALABANIAN apresentou em 1979, como tese de «doutoramento de Estado» na Universidade de Clermont-Ferrand, um estudo muito importante para nós <sup>(1)</sup>, composto de dois grossos volumes de 1006 págs. e muitas figuras e fotografias.

O estudo, que resulta de 8 anos de trabalho, é muito vigoroso e faz uma análise original de problemas muito debatidos, que pareciam esclarecidos à custa de ideias feitas, em regra erróneas, por «técnicos simplistas e políticos ingénuos», para usar as palavras de M. DERRUAU no prefácio. Além do valor permanente, o trabalho é oportuno, numa época em que tanto se fala de mudança da agricultura e de adaptação à C.E.E., por o produto da nossa agricultura aumentar pouco e fornecer pouco mais de metade dos alimentos consumidos.

Procura-se a seguir dar ideia do conteúdo da obra, tarefa ingrata pela extensão e densidade dela, e fazem-se algumas apreciações, necessariamente breves.

O A. aprecia as explorações, dividindo-as em dois grandes grupos: as grandes explorações e os microfúndios, cada um deles subdividido conforme os sistemas de produção dominantes. Assim, nas grandes explorações consideram-se as que se baseiam na floresta e no gado, depois as cerealíferas, a opção olivais e vinha e o regadio. Nos microfúndios, referem-se em especial os de criação de gado, os de culturas de sequeiro e os de regadio. Na segunda parte do trabalho estudam-se as modificações nas estruturas da propriedade: as reformas agrárias liberais, o significado da vinda dos migrantes ingleses para o Alentejo, a reforma portuguesa de 1975, a caracterização da grande exploração e do microfúndio e os travões ao progresso agrícola. Indicam-se as páginas, para dar ideia do desenvolvimento com que os assuntos são tratados.

O montado de azinho (p. 54-161) é considerado como uma floresta-parque, não uma simples floresta, embora provenha de árvores espontâneas, porque é podado, não raro com mais cuidado do que os pomares franceses, e o

---

<sup>(1)</sup> OLIVIER BALABANIAN, *Les Exploitations et les Problèmes de l'Agriculture en Estremadure Espagnole et dans le Haut-Alentejo. Contribution à l'étude de campagnes méditerranéennes*, 2 vols. Recensão e comentários por MARIANO FEIO.

solo é tratado, para semear ou, pelo menos, para destruir o mato. O aproveitamento da bolota pelos porcos de montanha era uma forma de exploração altamente rendosa; infelizmente, a peste suína africana, que se instalou por 1960, veio tornar esta exploração muito arriscada e só viável se o Estado suportar os riscos, o que tem acontecido em medidas variáveis. Nas presentes circunstâncias, o futuro do montado é muito duvidoso.

O montado de sobre (p. 161-188) é o parente rico do de azinho. Produz lande com muita irregularidade, de modo que nem antigamente sustentava a engorda regular de «varas». Hoje praticamente o único produto é a cortiça, mas este de grande valor; note-se que Portugal produz mais de metade da cortiça do Mundo e a de melhor qualidade. Este montado é de formação recente, pois a valorização da cortiça data do século passado. O sobreiro tem ainda a grande vantagem de preferir terras muito pobres, ácidas e arenosas, também xistos, onde não tem (melhor, não tinha) concorrentes, ao contrário da azinheira, que preferia os bons solos agrícolas, até «barros». O A. estuda a formação a partir da melhor zona, o triângulo de areias pliocénicas de Aviz, Mora e Ponte de Sor. Como sempre, apresenta monografias de explorações de grande interesse. Discute o futuro deste montado, que lhe parece assegurado pelo lado da exportação, em vista da qualidade única do material, embora internamente surja a ameaça do eucalipto. O rendimento das duas modalidades é estimado: a ameaça praticamente não existe em relação aos sobreiros adultos e com densidade, mas sim em relação a terras disponíveis, pois o sobreiro leva tempo demais a crescer e a dar rendimento.

O título da parte seguinte dá ideia da posição do A.: «as pastagens e a impossível revolução forrageira» (p. 188-253). Estuda-se a grande região de pastagens de ovelhas, completamente desarborizada, intitulada La Serena, onde 80 % a 85 % das áreas são utilizadas na criação de gado; antigamente era uma das grandes regiões de transumância da Mesta. As pastagens são muito ricas, apesar de implantadas em xistos que afloram como espinhas, solos que seriam muito bons... se tivessem espessura. O A. apresenta monografias que permitem compreender por dentro a economia das explorações.

Entra-se depois no difícil problema da revolução forrageira no clima mediterrânico: nenhum assunto engendrou tantos estudos como as pastagens, suscitou tantas polémicas e inflamou tantas paixões. São apreciadas as disponibilidades de alimento das pastagens naturais, a transumância como solução antiga para as variações estacionais das pastagens e as causas do seu desaparecimento. Estudam-se depois as soluções modernas para alimentar o gado nas épocas de carência, a constituição de reservas com base nas culturas forrageiras de sequeiro. Trata-se longamente o problema dos trevos subterrâneos (p. 226-238) e apresentam-se as causas do insucesso, que são múltiplas.

A reflorestação (p. 253-263) é difícil e pouco rendosa, excepto em áreas próximas do mar e nalguns relevos que a altitude torna chuvosos. Tem sido feita com resinosos (pinheiro bravo e manso), mas falta humidade para o primeiro e o segundo tem crescimentos diminutos; têm sido também usados eucaliptos (*globulus* e *rosirata*), mas o primeiro não suporta as geadas do interior

da península e vai mal nos solos esqueléticos e o segundo cresce com lentidão desesperante.

A caça (p. 263-279) é tema muito polémico; o A. aprecia a extensão e diversidade do fenómeno e as formas de caça (perdizes, javalis e cervídeos) e refere as causas do êxito de uma actividade que é única para valorizar, embora de maneira modesta, algumas áreas muito pobres.

A cerealicultura (p. 281-335) é estudada com a compreensão habitual. Introduce as categorias de solos principais, resume a evolução da actividade no último século e entra-se na problemática dela, tratando a influência dos factores climáticos, o papel do alqueive, os pousios de pastagem e a conservação da fertilidade, os limites da intensificação dos cereais neste clima e a rentabilidade nas principais categorias de solos. A mensagem do Eng.º PRATES CANELAS (supressão de pousios e alqueives e cultura seguida de trigo e aveia) é tratada no quadro da intensificação. O grande mérito deste técnico foi tê-la praticado em grande escala e, como bom gestor, tê-la abandonado com a mesma presteza com que a lançou, logo que viu que os resultados não correspondiam às expectativas.

Com as vinhas e olivais (p. 335-359) entra-se numa grande categoria de culturas próprias do clima mediterrânico. A vinha é tratada com base na evolução explosiva da rica «Tierra de Barros» (ao sul de Mérida); são terras muito boas, semelhantes aos «barros de Beja», onde a área da vinha mais que dobrou em 30 anos, apesar de o vinho ser fraco e de má qualidade, usado em grande parte para fabricar conhaques.

Os condicionalismos deste desenvolvimento explosivo são interessantes para os portugueses. As razões dos agricultores são simples: o produto líquido por ha de vinha é de 6 a 10 vezes superior ao dos cereais. Existe, naturalmente, legislação limitante das plantações, como acontece no nosso país, mas a lei espanhola é mais permissiva do que a portuguesa e a aplicação também, de modo que é possível arranjar escapatórias; por exemplo, pode-se plantar vinha quando se arroteiam terras incultas (o «jogo» poderá fazer-se no número de anos de pousio que se considera necessário para beneficiar desta disposição); outro exemplo: há incentivos e facilidades para reconverter o olival para azeitona de mesa, reconverte-se de facto o olival, mas aproveita-se para plantar vinha ao mesmo tempo, talvez para arrancar o olival dali a anos. Esta permissividade deveria ser inconveniente para a economia espanhola, pois vai criar excessos de produção dispendiosos de eliminar. Mas, com a entrada para o Mercado Comum, as situações invertem-se: como este mercado aceita as situações existentes, a Espanha irá apresentar-se à entrada com uma área de vinha muito aumentada, em comparação com a nossa, e o pagamento dos excedentes ficará a cargo daquela entidade. Um caso em que a seriedade não compensa.

O regadio (p. 361-443) é tratado primeiro de maneira descritiva, por perímetros. O único importante do Alto Alentejo é o do Caia (7400 ha); cultiva-se sobretudo arroz e tomate para a indústria, ambos bem adaptados ao clima e com boas produções unitárias. Passada a fronteira, há 6 perímetros relativamente antigos, com a superfície de 67.930 ha: são regadios de tabaco e pi-

mentos, com o milho em posição secundária, apesar do aumento de preço de 50 % de 1976 para 1977. O tabaco é cultivado de parceria, pois exige muita mão-de-obra (cerca de 75 jornais por ha mais a rega). Os rendimentos são elevados para os dois parceiros, a água hipossalina vinda da Serra de Gredos é muito favorável para a qualidade do produto, mas os investimentos nos secadores são grandes e é necessário, para estes resultados, pagar ao agricultor um preço bastante mais alto do que em França e na Itália. Os pimentões são adquiridos por industriais exportadores de Múrcia e têm preços muito variáveis. Os pomares têm dado resultados muito irregulares, os de pessegueiros foram quase todos arrancados, também alguns de maçãs. O A. apresenta três casos de empresas estrangeiras que se instalaram, uma francesa para se dedicar à pecuária de raças selectas, outra também francesa para produzir feijão verde e uma italiana para morangos, que todas se saldaram por fracassos completos.

Trata-se a seguir do conhecido «Plano de Badajoz», com os seus 3774 milhões de m<sup>3</sup> de água armazenada e 136.000 ha irrigáveis. Refere-se o rápido desenvolvimento dos pomares de maçãs e peras, cuja produção, todavia, chega tarde aos mercados, pouco antes de fechar a fronteira francesa, o que provoca a queda dos preços. O arroz dá-se muito bem, mas a Espanha é excedentária e tem grandes dificuldades para exportar o sobranço; por isso a cultura está regulamentada com severidade e foram dadas poucas concessões à região. Cai-se assim no milho, cultura de resultados modestos, mas de preço garantido.

Entrando na problemática do regadio, apreciam-se os principais métodos de rega (por gravidade, por aspersão e gota-a-gota) e discutem-se os problemas do gado de leite e de carne, da fruta, das hortaliças e das culturas industriais. Esta discussão, que não podemos apresentar por razões de espaço, apoia-se em muitas monografias de explorações, gráficos de variação de preços, etc. Como conclusão, as culturas de grande rendimento, necessárias para pagar os encargos do regadio, são raras, pois as geadas do interior da península não permitem a cultura de primores e está-se longe dos grandes centros consumidores de hortaliças. Por estas razões, o desenvolvimento dos perímetros na região reduziu-se e parece vir a suspender-se. Em Portugal, a situação é pior, porque a maior parte dos terrenos não é plana e os solos são de má qualidade. A propósito, o A. cita graves incorrecções do estudo económico com que os Serviços Hidráulicos procuraram justificar o Plano de Rega do Alentejo.

Descrevem-se a seguir os microfúndios, classificados por categorias, algumas bem interessantes, como se vai ver, apesar do resumo drástico a que somos obrigados.

Nos de criação de gado, apresenta-se em primeiro lugar o caso curioso, mas excepcional, da aldeia de Salvaleón, que se dedica à criação e engorda de porcos, com base no figo seco. A exploração média tem 4 a 5 ha, dos quais cerca de metade de figueiral, e 30 a 40 porcos. É naturalmente necessário que as figueiras vegetem bem, o que exige solos de boa qualidade, profundos e bem drenados. Esta aldeia fica junto da Tierra de Barros referida atrás.

Uma exploração de 13 ha de um colonato instalado em 1927 situa-se em terreno de xisto, declivoso sem ser íngreme, com azinheiras (tivemos oportuni-

dade de visitar esta exploração, como muitas outras, na viagem de pré-discussão da tese). Existiam 5 vacas, 2 porcas, 4 cabras e 4 ovelhas, cujos filhotes são recriados. As receitas não excedem as despesas feitas no exterior (principalmente rações), de modo que a família vive do trabalho do chefe no exterior. Compreende-se que das 46 famílias instaladas no colonato só restem 13.

Os cabreiros da serra de Guadalupe vivem muito melhor. Uma exploração de 120 ha situa-se numa crista de quartzito e nos depósitos de vertente, solos esqueléticos e pedregosos, às vezes escarpados, onde é difícil dominar o mato. O rebanho é de 120 animais, vendem-se as crias e o queijo, mas têm-se de comprar um complemento de alimentação (aveia e feno) para o Inverno. Tudo é feito à mão, a propriedade não é vedada, de modo que é necessária a guarda do rebanho, facilitada embora pela inteligência dos animais. Em 1960 ainda os cabreiros estavam na base da escala social e viviam mal; a grande valorização do cabrito e do queijo modificou completamente a situação, sem modificar a austeridade de vida, de modo que a capacidade de investimento é grande, utilizada para comprar casas na aldeia e terras na baixa. A família que nos ofereceu um ensopado inesquecível tinha três filhos a estudar, internos em colégios, é certo que com a ajuda de bolsas de estudo.

A aldeia de Fuenlabrada de los Montes, como algumas outras, dedica-se exclusivamente à apicultura. As explorações médias têm 400 a 500 colmeias modernas que são transportadas no Verão para a planície (terras de barro e regadios). Este desenvolvimento é dos anos 50 e deve-se ao exemplo de um valenciano. Vive-se bem e a população deixou de emigrar em massa como acontecia antes. Alinham-se todavia no horizonte os problemas do excesso de mel e da dificuldade de exportação.

Os microfúndios na agricultura de sequeiro têm também sorte diversa.

Os seareiros de cereais, possuidores de uma junta de bois ou de uma parelha de mulas, muito numerosos antes da segunda guerra, desapareceram, vencidos pela mecanização e levados pelo êxodo rural.

Os policultores de azeite e trigo encontram-se em muitas regiões, por exemplo na Sibéria da Estramadura e na Serena, onde as aldeias se situam na base dos relevos. Uma exploração-tipo poderá constar de 0,5 ha de horta para autoconsumo, com um poço que rega metade, de 5 a 15 ha nas courelas à volta da aldeia para cultivar cereais e forragens e de um a quatro ha de olival nas vertentes íngremes da serra. A situação destes policultores é muito má, a mecanização é incipiente pela pequenez das parcelas, os olivais começam a ser abandonados, os ganhos são inferiores aos dos trabalhadores por conta de outrem. Para que a sua sorte melhorasse suficientemente seriam necessários melhores solos e áreas da ordem dos 150 ha. O A. descreve casos de maior diversificação, mas de resultados semelhantes.

Na serra de Montánchez, a exploração-tipo de 10 a 20 ha tem cerca de um ha de vinha, outro de oliveiras e outro de figueiras, em regra complantadas, um ha de trigo, 8 de pastagens e pequena horta amiliar. O espírito de iniciativa dos serranos volta-se para outras actividades, principalmente a cura de presuntos, que têm grande fama e trazem complemento decisivo de proventos.

As pequenas explorações baseadas no olival são numerosas. Refere-se em particular a serra da Gata, próxima da fronteira, onde o olival se desenvolveu no princípio deste século e se está a reverter para azeitona de mesa, graças ao clima favorável e ao facto de as árvores existentes se prestarem para esta produção, modificando apenas a poda, de maneira a produzir menos frutos, mas grados. Os rendimentos não são, porém, suficientes (quatro exemplos são apresentados em pormenor), de modo que é necessário trabalhar noutras regiões, ou, receita geral para se manter na aldeia, emigrar temporariamente.

Os meloeiros de Calamonte e da Amareleja trabalham da mesma maneira em Espanha e em Portugal. Arrendam terras de barro apenas pelo tempo da cultura, que se insere perfeitamente na rotação, substituindo a oleaginosa, por isso é fácil arranjar terra. Cada família trabalha de um a 4 ha, conforme as pessoas. O moloeiro recebe a terra charruada e gradada e faz todos os trabalhos à mão; semear, caneco de água para nascer, e numerosas passagens de rodó puxado por muar, para não deixar abrir fendas e deste modo secar. Apesar do aspecto penoso da choça de mato, onde habitam na campanha, a actividade tem sido muito rendosa e deixa o Inverno livre; por isso se tem desenvolvido.

O regadio, mesmo parcial, provoca grande diversidade que torna impossível o estudo de todos os tipos. Apresentam-se casos típicos, como os hortelões no norte de Marvão (policultura de sequeiro e de regadio com água bombada a motor, de poços, sobretudo forte complemento de salários das indústrias locais), os «leiteiros» dos arredores das povoações, com poucas vacas e menos pastagem, e os cultivadores de tabaco da Alta Vera, já na vertente de Gredos, que cultivam, como média, uns 2 ha de tabaco, cerca de 1/5 desta área de pimento e ainda menos de batata; têm também olivais, de resto em regressão.

Algumas aldeias das serras do norte da província de Cáceres fizeram especializações que lhes permitem integrar-se na economia de mercado. Assim, Casas del Monte, na vertente de Gredos, especializou-se a partir dos anos 50 na cultura de morangos que faz mais de 70 % das receitas da povoação.

A aldeia de Barrado situa-se no último contraforte meridional de Gredos; os campos têm declives fortes, que obrigam à construção de terraços. Barrado e nove aldeias vizinhas dedicam-se, a partir dos anos 60, à cultura das cerejeiras, que se dão muito bem e até existem espontâneas na região. As variedades diversificaram-se, desceram na vertente e hoje produz-se de Maio a Agosto. O rendimento das cerejas domina os restantes (85 % das vendas da cooperativa, que, caso raro, funciona bem) e as plantações continuam a aumentar em terraços escavados à máquina, certamente enquanto o mercado não enfraquecer.

A pouca distância encontram-se as Hurdes, numa parte chamadas negras porque as casas de xisto se confundem com o terreno. Vales de xisto, fundos e apertados, só com pequenos campos junto da linha de água. A população é excessiva para os recursos naturais, pois a natalidade mantém-se alta e a mortalidade diminuiu. Foi uma das raras regiões da Estremadura onde a popu-

lação aumentou de 1960 para 1970, em contraste mesmo com os regadios do Plano de Badajoz, onde diminuiu. Foi tentada uma solução pelo pinhal que deu, é certo, trabalho nas plantações mas retirou os pastos dos baldios para as cabras. Os hurdanos vão trabalhar fora mas voltam, as entradas de dinheiro da emigração são importantes. Alguns dizem que os hurdanos se especializaram na mendicidade, declaram-se o opróbrio da Espanha e procuram tirar partido da situação.

O A. apresenta a seguir um assunto de grande interesse: as reformas agrárias e tentativas de reforma dos últimos 60 anos na área do estudo. Em cada caso, refere o condicionalismo que as provocou, o que se executou e os resultados obtidos. Não podemos aqui resumir o assunto, tratado da p. 521 à 685. pois está muito condensado na obra, de modo que resumir significa amputar de maneira grave as descrições completas, acompanhadas de memórias de explorações e de elementos concretos. Reduzimo-nos, por isso, a breves notas, quase um índice, para dar ideia das matérias tratadas.

Um grande de Espanha ofereceu em 1924 cerca de 2000 ha de terra de sequeiro ao Sindicato Católico de Agricultores e Trabalhadores Agrícolas de Guadalupe, organismo altruísta de apoio aos associados. Terras fracas e cobertas de mato, foram vendidas por preço simbólico em parcelas de cerca de 10 ha por família. A maioria dos novos proprietários tentou arrotear, tendo em mira criar montados de azinheiras e de sobreiros, árvores que existiam espontâneas abafadas pelo mato.

O colonato modelo de Cañamero dividiu em 1923 parte de um baldio por 458 famílias desta povoação. Trata-se de terras de sequeiro de boa qualidade, com algumas possibilidades de rega. Fez-se grande intensificação nos 3 a 5 ha que couberam a cada colono; em princípio, a utilização da terra era: vinha 1,5 ha, olival 1,0 ha, pomar 0,75 e cereais 0,45. O pomar era de figueiras no sequeiro e de cerejeiras, etc., se era possível regar. Foi emprestado dinheiro em boas condições para as benfeitorias dentro das parcelas e o Estado construiu as exteriores. Previa-se um aumento de receitas de 4 a 5 vezes da situação anterior de jornaleiro, além da dignidade do acesso à propriedade. Instituíram-se na época mais 17 colónias com base na mesma lei, repartidas por Espanha.

Durante a República (primeira metade dos anos 30), a intenção de reforma era firme, mas as discussões longas e as acções precipitadas. Instalaram-se, todavia, 8600 famílias, com áreas da ordem dos 10 ha, até ao fim de 1933 e em 1935 foram instalados mais 81.197 colonos em pequenas parcelas de 3 ha. O Estado espanhol na época era incapaz de apoiar técnica e financeiramente os colonos.

No Franquismo, procedeu-se a importante distribuição de parcelas, primeiro de sequeiro, por razões de rapidez; a partir dos anos 50 as parcelas distribuídas foram sempre de regadio. No sequeiro foram distribuídas, na área do estudo, cerca de 7000 parcelas, com áreas variáveis, mas da ordem dos 10 ha. Em muitos casos, os agricultores foram deixados à vontade e sem apoio, noutros estabeleceu-se uma organização baseada nas normas colectivas ancestrais: o conjunto é dividido em três grandes «folhas» (alqueive-cereal-pastagem)

e cada colono recebe uma parcela em cada «folha». As pastagens são vendidas a rebanhos de fora, às vezes transumantes.

O grande esforço do Franquismo aplicou-se, todavia, ao regadio. Recordem-se apenas o ambicioso Plano de Badajoz, que se propõe regar, quando terminado, cerca de 136.000 ha. Em 1970 estavam instalados 4.697 colonos e 1224 trabalhadores agrícolas; os últimos recebem apenas 0,5 ha para horta, os primeiros começaram por receber lotes de 4 a 5 ha, superfície aumentada em sectores distribuídos mais tarde para 7 a 10 ha. O número de colonos instalados em vários perímetros da província de Cáceres foi de cerca de 2000. Foram construídas muitas aldeias de colonização. Os objectivos eram sociais, económicos e de desenvolvimento regional; havia um enquadramento técnico particularmente apertado. Os meios financeiros empregados são enormes: só para o Plano de Badajoz devem ser dispendidos mais de 20.000 milhões de pesetas, a maior parte de moeda valorizada. Os resultados apreciam-se em 10 monografias de aldeias e das respectivas explorações. Estudam-se ainda vários problemas e dificuldades, como diversidade dos solos, o desfasamento entre a concepção inicial, dos anos 50, e o desenvolvimento económico que felizmente se deu nos 20 anos seguintes, as falhas dos técnicos, o paternalismo e dirigismo excessivos, a concepção da aldeia de colonização e, enfim, os problemas dos colonos. O objectivo principal da colonização era criar, de raiz, um campesinato eficaz, a partir de um subproletariado agrícola. Campesinato implica estabilidade, amor da terra própria e trabalho familiar. A tarefa de o estabelecer não é fácil na segunda metade do século XX.

A migração dos ingleses para o Alentejo foi um caso de grande interesse técnico e humano (p. 603-618). Foi provocada por um negociante de imobiliários inglês que desencadeou uma campanha publicitária, principalmente no *Financial Times*, mas que vários jornais e revistas portuguesas glosaram com gosto. Resumidamente, dizia-se que a agricultura alentejana usava técnicas medievais, que lavrava apenas a 12 ou 13 cm, que não adubava em condições e que não usava as melhores variedades de sementes inglesas: seria excelente oportunidade para a perícia britânica brilhar (*Financial Times* de 9.4.1969: «Farming in Portugal: a chance for British expertise to shine»). Grandes extensões de terra poderiam ser adquiridas, a preços de facto módicos em comparação com os ingleses. Estabeleceram-se umas duas dezenas de agricultores ingleses, mas «podiam tornar-se a vanguarda de uma legião» (mesmo artigo do *Financial Times*). A imprensa portuguesa ficou encantada com estas ideias que coincidiam com as ideias feitas, em curso em Portugal, acerca do atraso e incapacidade dos lavradores alentejanos. O governo português de início rejubilou, pois viu nos ingleses o fermento para se desenvolver o desejado campesinato no Alentejo; só que os técnicos das altas esferas, no desconhecimento habitual das realidades, acreditaram na argumentação do homem de negócios inglês e assustaram-se com a prevista avalanche; de aí resultou que os agricultores ingleses foram excluídos dos benefícios que o Governo então concedia, como subsídios na aquisição de máquinas, etc., o que muito os magoou pela discriminação xenófoba. A mensagem técnica dos agricultores ingleses consistia em cultivar como na sua terra, ignorando de maneira sim-

plista as enormes diferenças de clima. Como pagavam, aprenderam depressa: em dois anos, alguns adaptaram-se às práticas regionais, mas a maioria preferiu retirar. Experiência do maior interesse, sem artificialismos, de grande dimensão e ainda por cima gratuita para o nosso país, pois quem pagou os custos foram os agricultores ingleses, gente em regra modesta que cometeu o erro de preferir o nosso país à Austrália, destino habitual dos agricultores ingleses migrantes. O autor apresenta documentação completa, apontamentos monográficos de vários casos e tira conclusões.

A reforma agrária portuguesa de 1975 ainda pôde ser acompanhada por 3 anos (p. 619-685). Apresentam-se os sucessivos quadros legislativos, as distribuições forçadas de trabalhadores, as ocupações de propriedades (430.796 ha ocupados em 1975 no distrito de Évora, ou seja 58 % da superfície total), as expropriações *a posteriori* e a ausência de indemnizações. Noutro capítulo, estudam-se as condições excepcionalmente favoráveis, no respeitante ao funcionamento, em que se realizou a reforma: apropriação integral dos meios de trabalho e crédito, chamado de emergência, fácil e abundante. As novas unidades de produção organizaram-se como unidades colectivas sob a orientação do Partido Comunista. O A. discute depois se houve aumento ou diminuição de produção como consequência da reforma agrária, na base de monografias detalhadas de quatro unidades colectivas, proeza notável, em vista do secretismo destas organizações. O A. termina este assunto com uma longa apreciação final.

Estuda-se depois a evolução da população e as suas consequências (p. 687-719), assunto menos palpitante, mas importante pelos aumentos de população desde o começo do século, pelo êxodo rural que começou nos anos 60 e pelas consequências que dele resultaram, principalmente quanto ao aumento dos salários rurais e ao dinheiro fresco introduzido pelos emigrantes.

Discute-se a seguir um assunto polémico, a natureza da grande exploração privada (p. 724-760). Define-se cuidadosamente a terminologia (latifúndio, grande propriedade, má exploração, etc.); por exemplo, quanto ao primeiro, julga-se mais adequada a definição de P. GEORGE. Põem-se a seguir as questões fundamentais e responde-se-lhes: a grande exploração estremenha e alentejana é latifundiária? há domínio de uma classe social por outra? há subutilização ou má utilização da terra? sofre de absentismo? A grande propriedade é antiga, mas os proprietários são novos. Para onde vai a renda da terra? A grande exploração era antigamente latifundiária? Vantagens e inconvenientes da grande exploração privada.

Trata-se a seguir do futuro do microfúndio, particularizando alguns casos favoráveis.

Estuda-se o problema do capital nas explorações privadas, nomeadamente a relação capital fundiário para capital de exploração, com base em muitas monografias; os investimentos realizados no gado, no regadio e nas plantações e as origens e os processos de formação de capital no sector agrícola.

Tratam-se os ciclos ondulatórios de preços, em especial os do porco, do tomate e do algodão (este no regadio de Badajoz), com referências a ciclos menores. Estes ciclos comprovam o dinamismo dos agricultores que adaptam-

rapidamente as produções às solicitações do mercado, criando excessos ou carências que vão inverter os níveis de preços que elas próprias provocaram.

Numa última parte são procurados os travões do progresso agrícola (p. 826-925). Em primeiro lugar, os erros dos técnicos, de que são apresentados numerosos exemplos. O caso famoso da descoberta da vacina da peste suína africana, apresentado triunfalmente num congresso em Paris, de que resultou a disseminação pelo país, injectada pela vacinação, de uma nova variedade de peste, esta sim inventada, de efeitos igualmente funestos, mas com o inconveniente de uma morte arrastada. A forragem do professor de zootecnia do Instituto Superior de Agronomia, que foi miragem na década de 60, impediu outras soluções e não é exequível porque de Inverno não se podem fazer cortes à máquina. Erros na introdução de raças melhoradoras, tanto bovinas como ovinas. Erros de investimentos excessivos e inúteis, como os estábulos para ovinos, as nitreiras subsidiadas, as sofisticadas e dispendiosas instalações de recria de borregos em Espanha, os erros quanto aos grandes perímetros de rega, mais evidentes em Portugal (referem-se os casos do Divor, de Odivelas e do Mira). A fábrica de descaroçamento de algodão que não chegou a funcionar e se pode fotografar perto de Beja. As grandes searas de milho de sequeiro, suposto factor de diversificação em 1976, que nada produziram. Os responsáveis por estes erros alimentaram-se em tratados de agronomia de língua inglesa ou francesa. Sabem tudo acerca da cerealicultura da Bacia Parisiense, acerca do milho no Iowa, ou da criação de porcos na Dinamarca; mas, muitos deles, sabem pouco das potencialidades do clima mediterrânico. Tendem a rejeitar em bloco a experiência empírica adquirida pelos agricultores durante milénios, ao mesmo tempo que tendem a sobrestimar as possibilidades agrícolas destas regiões.

A ausência de verdadeira investigação agrícola aplicada dificulta naturalmente a formação de bons técnicos. Existem na área do estudo duas grandes estações de investigação, a finca La Orden e a Estação de Elvas, que são verdadeiros laboratórios, mas não são secundadas por explorações autênticas, onde seriam aplicados os resultados obtidos, isto apesar de o Estado português possuir vastas propriedades.

Trata-se depois de outro travão importante, a fraqueza dos preços agrícolas e os elevados encargos de comercialização (p. 847-881). Os preços dos cereais e da carne têm sido em Portugal inferiores aos dos outros países da Europa ocidental, o que se demonstra com vários quadros. Esta diferença de preços tem muito impacto, porque as nossas condições naturais são piores, para estes produtos, do que as daqueles países, por isso a relação de preços devia ser inversa para que a agricultura dispusesse das mesmas condições de desenvolvimento.

O problema do peso excessivo da comercialização nos preços ao consumo procurou resolver-se em Espanha por meio de cooperativas que beneficiam de grandes privilégios; apesar dos grandes meios financeiros postos à sua disposição pelo Estado franquista, raras são as que resultam. O assunto é exemplificado com uma monografia da Crex (p. 951-955), a mais importante da Estremadura, criada no centro do perímetro regado e que devia resolver

os problemas da comercialização e, através desta, o dos preços agrícolas. As instalações custosas e os meios de trabalho pareciam à altura deste designio ambicioso, mas os erros acumularam-se, construções erradas, burocracia pesada e incompetente, de modo que a situação financeira é desesperada. O Estado espanhol estabeleceu também grandes «mercados na origem», vários em Espanha, aqui o Mercogudiana, que devia dar transparência ao mercado, concentrar a oferta estimulando a concorrência, procurar novos mercados, etc. O A. explica em pormenor as razões por que os resultados são maus, também aqui. E lembra que o problema do empolamento dos custos de comercialização não é apenas espanhol, mas mundial, e dá exemplos até da América.

O último travão citado consiste na incoerência das intervenções do Estado na remuneração dos produtores e das intervenções para retirar frutas do mercado. São apresentados muitos casos, todos de Espanha, onde as intervenções têm sido mais frequentes.

Trata-se a seguir dos riscos climáticos (p. 884-912), tentativa original e de grande interesse. Estudam-se os riscos das pastagens, dos cereais, das culturas de Primavera, das árvores e arbustos, tanto os de regadio como os mediterrânicos. Narra-se a dispendiosa aprendizagem de geografia aplicada feita pelos valencianos que estabeleceram grandes laranjais em Badajoz, logo arrancados, e vários outros casos. Para terminar o assunto, o A. faz discussão vigorosa e ampla das potencialidades agrícolas do clima da região estudada, em comparação com as de outros climas; realça por exemplo, a aptidão da modalidade semiárida do clima mediterrânico (Múrcia e Alicante), a melhor para produzir hortaliças e frutas fora da estação. A modalidade continental, bem caracterizada em Elvas, Cáceres e Vegas Altas, é a menos interessante. Tem geadas temporãs e tardias, as frutas chegam tarde aos mercados, quando estes estão repletos e a fronteira francesa prestes a fechar-se. Para o regadio, as culturas de base têm de ser o arroz, o tomate, o tabaco e o pimentão. No sequeiro, enquanto a vinha tiver severas limitações, a principal via destas regiões tem de se encontrar nos cereais e na carne, actividades pobres, é certo, mas que aproveitam a deficiência crónica dos países mediterrânicos nestes produtos.

\* \* \*

Passando à apreciação: o maior mérito da presente obra consiste na capacidade do A. de compreender as verdadeiras causas do funcionamento da agricultura e de as desenvolver, embora a concretização seja em regra trabalhosa. Os geógrafos, deformados pela ciência que cultivam, procuram explicar a localização das culturas e dos sistemas agrícolas pelos factores naturais, que têm importância, sem dúvida, mas constituem apenas um dos factores de explicação, pois os preços (e o seu complemento, os mercados) têm evidentemente importância também decisiva. Não fosse a sua influência e pode-se dizer que, com excepção de algum autoconsumo, não se criaria um pé de milho ou de trigo no nosso país; pelo contrário, o país cobria-se de vinha. Mas temos uma tradição espiritualista e desprezamos, e por isso desconhecemos, os aspectos económicos. O grande mérito do A. foi ter rompido com o costume e ter ido

às verdadeiras causas do funcionamento da agricultura. Expressão desta compreensão encontra-se nos gráficos (por exemplo p. 403 e 404) que apresentam as variações das *produções unitárias* e dos *preços* dos diferentes produtos agrícolas. A conjugação destas duas variantes dá de maneira muito sintética a causalidade primeira do funcionamento da agricultura. Mas, para lá chegar, que trabalho de aproximação e de compreensão da realidade! Insinuar-se, fazer até amigos, entre os raros agricultores que têm registos, ainda mais raros os que têm boas contabilidades; fazer por si próprio muitas monografias económicas, seleccionar os casos significativos e chegar a uma compreensão profunda das técnicas agrícolas e das suas incertezas, para poder valorizar convenientemente as diferentes contribuições.

O A. nunca se coloca na situação, infelizmente tão frequente, de aconselhar aos agricultores prescrições que só são miraculosas porque nunca foram experimentadas. Ora os homens da terra são prudentes porque têm visto muito. Neste sentido, é grande mérito do A. ter tratado dos «Erros dos técnicos» no princípio da quarta parte do seu trabalho, intitulada «Os travões ao progresso da agricultura». E ainda — é a minha primeira crítica — esqueceu muitos erros, como os planos de florestação do Alentejo interior, as críticas à prática da montanha nos anos 40/50, etc.

Em resumo, temos uma apreciação profunda e muito correcta das actividades, despojada dos preconceitos que quase sempre afogam os trabalhos deste género e sem os complexos de superioridade dos técnicos e dos cidadãos em relação à gente do campo. Posições simples, dir-se-ia elementares, mas que na maior parte das vezes não são alcançadas, por exemplo nas teses recentes sobre a Andaluzia, de ROUX e DRAIN.

\* \* \*

Chama-se a seguir a atenção para as partes da obra que nos parecem mais interessantes e fazem-se algumas objecções a propósito.

*O montado de azinho.* Excelente apresentação e discussão de um assunto difícil, de pontos de vista novos. Demonstra-se — contra ideias feitas muito generalizadas — que o montado não era uma forma de exploração extensiva... uma vez que era a melhor que se podia praticar nestas condições naturais! Mas a simpatia do A. por esta forma de exploração leva-o a tomar posições que me parecem sofrer de parcialidade; por exemplo, afirmar que esta economia «comporta riscos reduzidos» (p. 134). Ora eles são consideráveis: a irregularidade da produção da bolota, e eventual falta das chuvas necessárias para amolecer a terra e permitir aos animais fossar e os riscos comerciais que eram enormes, como mostra o gráfico da fig. 9, no qual os preços do porco magro variam de 7 a 20. Isto para não falar nos riscos actuais da peste, pois o A. situa-se quase sempre nos felizes tempos anteriores à peste africana. Hoje trata-se em grandes áreas de uma forma fóssil, em vias de desaparecimento, que só se justifica nos declives e solos impróprios para a agricultura. Esta distinção deveria ter sido apresentada com mais clareza.

*As noções de intensivo e de extensivo.* Aproveitam-se os montados para discutir e afinar as noções de agricultura intensiva e extensiva (p. 116, 117, 779, 780). As definições clássicas, sobretudo as dos economistas peninsulares, baseiam-se no grau de utilização de certos factores de produção, sobretudo a mão-de-obra. Contêm uma contradição intrínseca, pois o ideal da utilização o mais rendível possível dos factores de produção aconselha utilizar pouca mão-de-obra, enquanto as definições referidas aconselham o contrário. Daqui resultam incongruências e injustiças de apreciação. Acontece ainda que tais definições só se deviam utilizar para comparação de ambientes muito parecidos; apesar de esta limitação ser por vezes enunciada, fazem-se normalmente em Portugal comparações inaceitáveis, por exemplo, entre o Minho com 2000 mm de chuva e largos vales em terreno granítico e o Alentejo com 600 mm e peneplanícies rejuvenescidas pela erosão. Pior ainda, há tendência a assimilar o que se considera como extensivo com má exploração e reciprocamente. Compreende-se que os economistas encerrados em gabinetes e afogados em números não compreendam estas diferenças; mas pertence aos geógrafos — conhecedores das diferenças dos ambientes naturais — reconhecê-las e corrigir estes conceitos. O A. traz contribuição valiosa para este objectivo. Transcrevem-se algumas passagens:

«A intensidade dum sistema de produção é, pois, a relação entre o rendimento obtido e o óptimo imaginável, num ambiente determinado, numa época determinada e em condições de mercado bem precisas.» (P. 116).

«O único critério verdadeiramente interessante é a relação do capital de produção para o produto líquido. Aqui se situa a rendibilidade das empresas agrícolas. Este critério é o único que um empresário, pequeno, médio ou grande, toma em consideração.» (p. 780).

Destas precisões, resultam consequências:

«Confundir intensidade da exploração com rendibilidade traz o risco de matar os empresários e de explorar os agricultores.» E tem provocado os piores mal-entendidos...

«Só os investimentos que se justificam são legítimos...» por exemplo: «Praticar agricultura regada quando ela não é rendível pode ser agradável para a vista, mas é economicamente funesto; não a praticar constitui neste caso o progresso.» (p. 780).

*As disponibilidades de pastagens.* O A. faz um esforço inteligente e com êxito para determinar as disponibilidades de pastagens na volta do ano, nas diferentes rotações, e reconhece — o que deve ser posto em realce — que a área das superfícies semeadas de cereais aumenta, ao contrário de diminuir, como se poderia julgar, a capacidade pascigosa, pois a grande «ponta» de produção da Primavera, que o gado não pode utilizar, atenua-se, mas as disponibilidades de Verão (restolhos dos cereais) aumentam. Isto acontecia sobretudo antes de a enfardação sistemática das palhas ter diminuído muito o valor alimentar dos restolhos (p. 209).

*Excelentes monografias económicas.* O A. procurou basear-se quanto possível em números seguros de contabilidades; trabalho árduo, pois as contabilidades agrícolas (naturalmente sectoriais, pois só estas têm sentido agri-

cola) são raras e de acesso difícil. Apesar disso, e em conjunto, este esforço teve êxito. Mas sempre que não foi possível obter valores desta origem, o A. recorreu a pequenas monografias económicas. Também outros aspectos mereceram este tratamento, sempre muito geográfico e de leitura agradável. As monografias com muito interesse são em número grande demais para aqui lhe poder fazer referência. Não quero deixar de citar as relativas aos microfundários especializados, exemplos de êxito pelo engenheiro, quando as condições naturais são boas, a do grande empresário Eng. Agr. Canelas e a da Herdade dos Machados (Moura). Mas não quero deixar de criticar algumas imperfeições das contas de cultura, por vezes apresentadas de maneira bastante sumária, sem unidades físicas (isto é, expressas apenas em dinheiro), as amortizações nem sempre feitas de maneira correcta (p. 152), despesas por vezes demasiado agrupadas. Em países de inflação rápida, as contas expressas apenas em dinheiro perdem em breve significado, além de se tornar quase impossível comprovar a exactidão.

*A colonização inglesa do Alentejo*, a que já nos referimos, é muito bem apresentada e compreendida no seu significado; as 16 p. que se lhe referem podiam constituir excelente artigo independente.

O tratamento dos *riscos climáticos* também constitui uma primeira tentativa, com certeza a desenvolver, mas com êxito, em especial no que se refere às pastagens e aos cereais e à comparação dos riscos no sequeiro e no regadio. Trabalho para agricultores e agrónomos, que exige conhecimentos profundos das culturas; apesar destas dificuldades que se podia reear insuperáveis, o A. conseguiu uma excelente primeira tentativa.

*Os grandes perímetros regados* constituem outro assunto muito bem tratado. A rendibilização é difícil porque são necessárias culturas muito bem pagas. Por vezes, é mesmo impossível, se os solos não são de boa qualidade e se os terrenos são ondulados, como acontece muitas vezes em Portugal. Os perímetros regados do Plano de Rega, construídos pelo Estado no Alentejo, dominam mais de 30.000 ha, dos quais apenas cerca de 1/3 tem sido aproveitado anualmente com culturas regadas. E no entanto, este sistema de produção agrícola foi cantado pela propaganda oficial na Península, como também no Bas Rhône e Languedoc, como a solução milagre dos problemas agrícolas e sociais, a tal ponto que se fez imprudentemente do perímetro regado de Badajoz símbolo e estandarte da eficiência do regime franquista!

Em lugar de aceitar, como tantos outrós, as aparências enganadoras, os sólidos métodos de trabalho do A. conduziram-no, depois de algumas hesitações iniciais, à desmontagem sistemática das numerosas contra-verdades.

A conclusão é que as condições para o êxito da rega, principalmente no Alentejo, mas também na Estremadura, não se encontram em regra reunidas: são necessários produtos brutos elevados e terras planas ou ligeiramente onduladas; ora as «vagas» são desesperadamente reduzidas e os solos cruelmente delgados; o clima não é favorável nem aos primores, nem aos frutos.

Muitas observações testemunham uma compreensão excepcional das situações; limitamo-nos a chamar aqui a atenção para algumas.

— O custo apenas da rega, isto é, da condução da água dos canais mais pequenos até às plantas, correspondia no Alentejo, em 1974, a 3200 kg/ha de milho; na Estremadura, em 1977, a 4200 kg/ha.

— Na Califórnia, os salários são 8 vezes mais elevados, mas a produtividade do trabalho (no método de rega tradicional deste Estado) é 25 a 30 vezes mais alta (p. 414).

— A oposição entre os interesses dos profissionais e os da nação aparecem com toda a clareza: vantagem para a nação que se produza carne, alimentos para o gado etc., mas falta de rendibilidade destas especulações (p. 435).

— A psicologia dos colonos dos perímetros regados da Estremadura é muito bem dada (p. 590, 591).

— As únicas terras planas do Norte do País são as planícies aluviais dos cursos de água, que são naturalmente muito ricas. Ora, o Alentejo dá a impressão, ao observador superficial, de ser plano; as pessoas do Norte, as mais numerosas e que dominam a política do país, pensam que ele é muito rico, mas mal utilizado (p. 754).

— A grande exploração é mais frágil do que a pequena, porque é obrigada a pagar os salários. Ao contrário do que acontece com a pequena exploração familiar, a grande exploração é obrigada a ser rendível; por esta razão tem de evolucionar (p. 758).

Para terminar, referem-se alguns aspectos que, pelo menos na minha visão, gostaria de ver tratados de maneira mais completa.

*A apropriação da caça.* A questão de saber se a apropriação por particulares, com fins lucrativos, é socialmente equitativa é claramente posta (p. 277), mas a resposta não tem a mesma clareza. É certo que o A. vem de um país em que a tradição, fixada na legislação, é de a propriedade da caça não ser independente da propriedade do solo. Mas em países de outra tradição, como os ibéricos, o problema é muito árduo. A única justificação, que não é apresentada, parece-nos ser que, se não forem constituídas reservas, o problema da justiça da apropriação terá deixado de existir, por se ter extinguido o objecto da disputa (a caça).

*Os inconvenientes do arrendamento.* São consideráveis e não são tratados de maneira suficiente na obra. Também têm vantagens importantes (via de promoção social, exploração muito intensiva do solo, que tem grandes vantagens). Em todo o caso, a exploração agrícola e o seu progresso são demasiado complexos para que decisões importantes (investimentos, limitações às rotações) possam ser tomadas por pessoas sem conhecimentos. As pessoas das cidades deviam-se habituar a procurar outras colocações para o seu capital.

*O microfúndio: grande escola de aplicação ao trabalho.* O microfúndio é sobretudo vantajoso para as outras classes sociais ou económicas, porque faz trabalhar muito sem que se saiba qual é a remuneração do trabalho: compreende-se que as outras classes o elogiem. É uma armadilha... mas também que escola de aplicação ao trabalho! É esta vantagem, da maior importância em países sem uma «moral do trabalho», em que a maior parte das pessoas faz o menos que pode, que o A. não refere.

*A falta de verdadeira investigação aplicada.* Não é tratada de acordo com a importância do problema, apesar de haver documentação acessível que teria permitido desenvolver e fundamentar a exposição. Nem ao menos existe, o que constituiria acto de humildade louvável e útil, divulgação regular dos conhecimentos científicos agrícolas de países de clima semelhante ao nosso.

*MARIANO FEIO*